



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

Entidade que realiza o procedimento	
Código de oferta na BEP	

2. CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira		Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado	
Categoria		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo	
Área de atividade		Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto	
Empregador Público		Nomeação	

3. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo			
Data de nascimento	Clique ou toque para introduzir uma data.	Sexo	Escolha um item.
Documento de Identificação Civil	Escolha um item.	N.º de Identificação Civil	
Nacionalidade		País de Residência	
Morada			
Código Postal:		Localidade	
Distrito		Concelho	
Telemóvel			
Telefone			
Endereço de correio eletrónico	Ver 63.º e b)/112.º CPA		

4. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o campo apropriado:

01	Menos de 4 anos de escolaridade	
02	4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	
03	6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	
04	9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	
05	12.º ano (ensino secundário) ou Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III ou IV) ¹	

06	Curso de especialização tecnológica (nível V)	
05	Bacharelato	
08	Licenciatura	
09	Mestrado	
10	Doutoramento	

¹ Nível III ou IV: Nível de qualificação da formação (com equivalência ao ensino secundário)



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

4.1. FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL

Área de formação académica	
Área de formação profissional	
Outras formações académicas e profissionais relevantes	

4.2. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

No caso de a publicitação do procedimento concursal prever a possibilidade de substituição do nível habilitacional exigido por formação ou experiência profissional substitutiva, indique-a no quadro seguinte.

--

5. SITUAÇÃO JURÍDICO-FUNCIONAL DO TRABALHADOR

É titular de vínculo de emprego público?

Sim

Não

Caso seja detentor de vínculo de emprego público, preencha os quadros 5.1. e 5.2.

Caso não seja detentor de vínculo de emprego público, passe diretamente ao ponto 7 deste formulário.

5.1. Modalidade de Vínculo de Emprego Público

Nomeação	Definitiva	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	
Contrato de trabalho em funções públicas	Por tempo indeterminado	
	A termo resolutivo certo	
	A termo resolutivo incerto	



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

5.2. Situação Profissional

Situação profissional atual	Em exercício de funções	
	Em licença	
	Ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio	
Órgão ou serviço onde exerce ou, por último, exerceu funções		
Carreira e categoria		
Atividade exercida ou que, por último, exerceu no órgão ou serviço		
Posição e nível remuneratórios detidos		
Avaliação de desempenho		

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se se encontra a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do(s) posto(s) de trabalho publicitado(s) ou, encontrando-se ao abrigo do Regime de Valorização Profissional, aprovado pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, as cumpriu ou executou por último, e pretende afastar os métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, assinale a seguinte declaração:

"Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios Avaliação Curricular e, quando aplicável, Entrevista de Avaliação de Competências, e opto pelos métodos de seleção "Prova de Conhecimentos" e, quando aplicável, "Avaliação Psicológica", nos termos dos n.ºs 3 e 5 do artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

7. NECESSIDADES ESPECIAIS

Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique o respetivo grau, o tipo de deficiência e se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

Grau de incapacidade	
Tipo de incapacidade	

7.1. Especifique as condições especiais necessárias para a realização dos métodos de seleção.



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

8. DECLARAÇÕES FINAIS

Assinale com X os campos seguintes, se concordar e autorizar.

<i>"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, bem como os constantes no Aviso de Abertura do Procedimento Concursal."</i>	
--	--

<i>Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g), n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas."</i>	
---	--

Assinatura

Localidade

Data

9. DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO PARA EFEITOS DO REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/04 (RGPD)

Para os efeitos previstos no art. 13.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) poderá encontrar toda a informação obrigatória no texto abaixo e, com maior detalhe, na Política de Privacidade da JFS.

No que concerne ao tratamento dos seus dados pessoais, facultamos as seguintes informações:

- A presente comunicação de dados resulta da sua candidatura ao procedimento concursal. O não fornecimento de dados pode ter como consequência a não-aceitação da sua candidatura.
- Responsável pelo Tratamento dos seus dados: **Junta de Freguesia do Sado (JFS), Rua da Cooperativa de Habitação da Sapec, concelho de Setúbal;**
- Contacto do Encarregado Proteção de Dados – geral@jf-sado.pt
- Fundamento jurídico para o tratamento:

Dados

Finalidades

Base licitude

Prazo conservação

Candidatura n.º



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

Nome / data de nascimento / sexo / nacionalidade / NIF / morada / contacto telefónico / endereço de correio eletrónico / habilitações / situação jurídico funcional / avaliação de desempenho / experiência profissional e funções exercidas/ grau de incapacidade

Instrução de candidatura a procedimento concursal para preenchimento de posto de trabalho na JFS;

Art. 6.º n.º 1 al. b) do RGPD; Art. 37 n.º 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual; Portaria 233/2022, de 09 de Setembro.

1 ano após a cessação do respetivo procedimento concursal, tomando por referência a restituição e destruição de documentos prevista no art. 42.º da Portaria 233/2022, de 09 de Setembro.

- Os seus Direitos: direito de acesso, direito ao apagamento, direito de retificação, direito de portabilidade, direito à limitação do tratamento, direito à oposição, direito a retirar autorização de tratamento, direito ao conhecimento de existência de violações, direito de reclamação – i.e., direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (<https://www.cnpd.pt>);
- Com quem partilhamos os seus dados pessoais: A JFS pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com entidades prestadoras de serviços e que no âmbito da prestação desses serviços possam proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e mediante instruções da Junta; A JFS pode ainda partilhar os seus dados pessoais com autoridades públicas em cumprimento de obrigações jurídicas; A JFS não procede ao tratamento automatizado de dados pessoais.

"CONCORDO E AUTORIZO que os meus dados pessoais sejam objeto de tratamento pela JFS".

<i>Assinatura</i>			
<i>Localidade</i>		<i>Data</i>	

10. DOCUMENTOS ANEXOS

<i>Documento de identificação civil</i>	
<i>Certificado de habilitações</i>	
<i>Comprovativos de formação (Quantidade ____)</i>	
<i>Declaração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria¹</i>	
<i>Certificado comprovativo de conclusão de estágio profissional na Administração Pública</i>	

<i>Declaração comprovativa de que se encontra ao abrigo do Regime de Valorização Profissional</i>	
<i>Comprovativos de requisitos especiais (Quantidade ____)</i>	
<i>Curriculum Vitae</i>	
<i>Outros:</i>	